

# A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português

Esther Rinke

*Universidade de Frankfurt (Alemanha)*

Esther.Rinke@em.uni-frankfurt.de

Recibido o 17/08/2009. Aceptado o 19/02/2010

**The combination of definite article and possessive pronoun in the history of Portuguese**

## Resumo

Este artigo dedica-se ao desenvolvimento histórico dos possessivos na língua portuguesa e discute a evolução diacrónica da combinação do pronome possessivo com o artigo definido. Enquanto que o artigo definido acompanha geralmente os sintagmas nominais com pronome possessivo no português actual, o mesmo é sistematicamente omitido no português antigo do século XIII. A mudança linguística relativamente à combinação do possessivo com o artigo definido pode ser interpretada ou como alteração no paradigma das formas possessivas que, no curso da sua evolução diacrónica, perderam a capacidade de desempenhar a função de um determinante definido ou em termos de uma progressiva extensão do emprego do artigo aos contextos possessivos. O presente trabalho argumenta que a segunda opção é adequada. Com base num estudo quantitativo e qualitativo da distribuição de sintagmas nominais com possessivos em textos do século XIII até ao século XIX pretende-se mostrar que o uso variável do artigo está relacionado com a sua função de marcador de um tópico discursivo. A análise implica que a presença / ausência do artigo não indica necessariamente o estatuto categorial do possessivo como adjectivo ou determinante, nem se relaciona directamente com o estatuto forte ou fraco das formas possessivas.

## Palabras chave

Sintaxe diacrónica, português medieval, possessivos, artigo definido

## Sumario

1. Introdução. 2. Considerações gerais e sincrónicas. 2.1. Os possessivos de uma perspectiva tipológica. 2.2. Os possessivos do português contemporâneo. 3. A diacronia dos possessivos em português. 3.1. Estudos anteriores. 3.2. Estudo quantitativo. 3.2.1. Critérios de escolha dos textos e método de classificação dos dados. 3.2.2. Resultados da pesquisa. 4. Discussão. 4.1. O artigo definido como marcador de tópico discursivo. 4.2. Variação e mudança linguística. 5. Conclusão.

## Abstract

This article about the historical development of possessive pronouns in Portuguese discusses the diachronic evolution of the combination of possessive noun phrases with the definite article. While the definite article generally accompanies noun phrases with possessive pronouns in contemporary Portuguese, it is systematically absent in the same context in 13th century Old Portuguese. This can either be accounted for in terms of a change in the paradigm of possessive forms which in the course of their diachronic development lost the ability to fulfil the function of a definite determiner, or in terms of a progressive extension of article use to possessive contexts. This paper argues that the second option is adequate. On the basis of a quantitative and qualitative corpus study of the distribution of possessive noun phrases in texts from the XIII to the XIX century, it is shown that variable use of the article relates to its function as a topic marker. The analysis implies that the presence or absence of the article does not necessarily indicate the categorial status of the possessive as adjective or determiner, nor does it relate directly to its status as a strong or weak pronominal element.

## Keywords

Diachronic syntax, medieval Portuguese, possessives, definite article

## Contents

1. Introduction. 2. General and synchronic considerations. 2.1. Possessives from a typological perspective. 2.2. Possessives in contemporary Portuguese. 3. Diachrony of possessives in Portuguese. 3.1. Previous studies. 3.2. Quantitative investigation. 3.2.1. Criteria of text selection and classification criteria for the data. 3.2.2. Results of the empirical investigation. 4. Discussion. 4.1. The definite article as a topic marker. 4.2. Variation and diachronic change. 5. Conclusion.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo dedica-se ao estudo do desenvolvimento diacrónico dos possessivos no português e, mais precisamente, ao desenvolvimento histórico da combinação do pronome possessivo com o artigo definido.

O estudo parte da observação - bem conhecida na literatura - de que o português moderno diverge do português antigo em relação ao emprego do artigo em combinação com pronomes possessivos (Mattos e Silva 1989, Castro 2006, Ali 1964). O pronome possessivo no português contemporâneo está quase sempre acompanhado do artigo, enquanto no português antigo do século XIII, o artigo é sistematicamente omitido. Comparem-se os exemplos (1a) e (1b).

- (1) a. Comecei *a minha vida* sem nada e hoje sou um grande lavrador,... (CORDIAL-SIN, 1992)  
 b. e por ua casa *c(on) sua q(ui)ntaa q(ue) foy* de nosso padre e *de nossa madre*... (doc. 1266, Martins 2001)

O contraste ilustrado em (1) sugere uma mudança linguística relativamente à combinação do possessivo com o artigo definido no português.

Tipologicamente, o uso ou a ausência do artigo definido podem estar relacionados com a categorização sintáctica dos possessivos. Lyons (1985) propõe uma distinção tipológica entre as chamadas línguas de *genitivos adjectivos* (*adjectival-genitive-(AG-)languages*) e as chamadas línguas de *genitivos determinantes* (*determinative-genitive-languages-(DG-)languages*). Embora a distinção entre os dois tipos de línguas não seja categórica, o primeiro tipo de línguas dispõe de possessivos adjectivais que podem ser combinados com diferentes tipos de artigos e quantificadores. Nas línguas do segundo tipo (*DG-languages*), os próprios possessivos desempenham o papel de determinantes e a sua combinação com o artigo não é admitida.

De acordo com esta caracterização, a evolução diacrónica dos possessivos no português pode ser interpretada como uma alteração no paradigma dos pronomes possessivos que, no curso da sua evolução diacrónica, teriam perdido a capacidade de desempenhar a função de um determinante definido. Por outro lado, a progressiva combinação do pronome possessivo com o artigo definido pode reflectir a extensão do emprego do artigo aos contextos possessivos e, portanto, fazer parte do processo da gramaticalização do próprio artigo definido. Assuma-se aqui, em concordância com Kupisch / Rinke (no prelo), que a segunda interpretação é a adequada. Analisando a variação do emprego do artigo definido em sintagmas nominais com possessivos proporei, mais precisamente, que o artigo surge primeiro como marcador de um tópico discursivo. A pesquisa baseia-se num estudo quantitativo e qualitativo da distribuição de sintagmas nominais com possessivos em textos do século XIII até ao século XIX.

O presente artigo organiza-se da seguinte maneira: na secção 2 apresentarei algumas considerações gerais que dizem respeito à tipologia dos possessivos e à análise dos possessivos em português. A secção 3 dedica-se à diacronia dos possessivos. Depois de referir os resultados de estudos anteriores apresentarei os resultados duma investigação quantitativa de textos do século XIII ao século XIX. Com base nesta investigação, apresentarei argumentos a favor da hipótese de que o artigo definido se inicia como marcador de tópico discursivo. Em seguida, discutirei a caracterização da mudança diacrónica.

## 2. CONSIDERAÇÕES GERAIS E SINCRÓNICAS

Relativamente à análise dos possessivos no português e nas línguas românicas em geral, dois aspectos diferentes mas interdependentes desempenham um papel importante: a) o estatuto categorial dos possessivos como adjectivos ou determinantes e b) a caracterização dos possessivos como elementos fracos ou fortes. As secções seguintes apresentam os critérios da

classificação tipológica dos possessivos e discutem, neste âmbito, a análise dos possessivos do português.

## 2.1. Os possessivos numa perspectiva tipológica

Como já mencionado acima, segundo Lyons (1985), as línguas dividem-se tipologicamente em línguas que admitem a combinação do artigo definido com o possessivo (*adjectival-genitive-(AG-)languages*) e línguas de genitivos determinantes (*determinative-genitive-languages-(DG-)languages*), as quais não a permitem. A classificação de Lyons corresponde ao parâmetro de possessivação (*possessive parameter*) proposto por Giorgi e Longobardi (1991). Segundo estes autores, as línguas AG e DG distinguem-se pelas seguintes propriedades:

Nas línguas AG, às quais pertence por exemplo o italiano, os possessivos normalmente não aparecem sem artigo em posições argumentais (2a.) e podem ser acompanhados por diferentes tipos de artigos, como artigos definidos, indefinidos e demonstrativos, assim como quantificadores e numerais (2b.). Além disso, os possessivos são relativamente flexíveis em relação ao seu posicionamento pré- ou pós-nominal (2c.).

- (2) a. \*mio libro vs. il mio libro  
 b. il mio libro / un mio libro / questo mio libro  
 c. il mio libro / il libro mio

No entanto, a distinção entre as línguas pertencentes aos dois tipos não é sempre categórica e uma dada língua pode mostrar um comportamento diferente relativamente a uma ou mais das propriedades acima mencionadas.

Além da classificação categorial dos possessivos como adjectivos ou determinantes, os possessivos também são classificados em função do seu estatuto morfo-fonológico como elementos fracos (átonos) ou fortes (tónicos). Deste modo, as gramáticas tradicionais partem da suposição de que o Latim vulgar desenvolveu um sistema inovador de dois paradigmas possessivos (Lausberg 1972: 158; Elcock 1975: 96-97; Tekavčić 1972: 49-50). As duas séries foram continuadas de maneira diferente pelas línguas românicas no seu desenvolvimento diacrónico. Lyons (1986) propõe que as formas átonas não se podem combinar com o artigo definido e tão-pouco podem aparecer em sintagmas nominais indefinidas, enquanto que as formas fortes o permitem. Com base nesta classificação, pode-se assumir que o italiano e o português continuam exclusivamente a série tónica ao passo que o francês e o espanhol continuam a série átona em posição pré-nominal e a série tónica em posição atributiva ou pós-nominal (Frz. *mon/mien*; Sp. *mí/mío*).

Cardinaletti (1998), por sua vez, propõe uma divisão dos possessivos baseada na tripartição dos elementos pronominais em pronomes fortes, fracos e clíticos, proposta em Cardinaletti / Starke (1999). Os elementos fracos e clíticos distinguem-se, entre outras, pelas seguintes propriedades: não podem ser acentuados, nem modificados ou coordenados. Por outro lado, os elementos fortes e fracos diferenciam-se dos clíticos pelo seu estatuto sintáctico: os clíticos representam categorias do tipo X<sup>0</sup>, enquanto que os pronomes fracos e fortes são analisados como categorias máximas do tipo XP.

Segundo Cardinaletti (1998), os possessivos do italiano podem apresentar quer propriedades fracas quer propriedades fortes ou clíticas, dependendo da sua posição ou função no sintagma nominal. Na posição pré-nominal, os possessivos são elementos fracos, uma vez que não podem ser acentuados nem modificados ou coordenados. Como a focalização do possessivo, a sua coordenação e modificação são possíveis em posição pós-nominal, os possessivos pós-nominais são analisados como fortes. Em certas configurações do italiano, por exemplo em sintagmas nominais designando nomes de parentesco, a combinação do possessivo com o artigo definido é excluída. Relativamente a estes contextos, assim como também para línguas

como o francês e o inglês que geralmente não permitem a combinação do possessivo com o artigo definido, Cardinaletti (1998) propõe que o possessivo é um clítico ocupando a posição do determinante (D°= núcleo do sintagma DP).

As propostas referidas compartilham a ideia de que a possibilidade da combinação de artigo e possessivo depende do estatuto do possessivo (determinante vs. adjectivo, fraco (clítico) vs. forte). Porém, esta explicação somente é válida para as línguas que dispõem de artigos definidos. O caso do Latim (vulgar) mostra que a caracterização do possessivo não é o único factor que determina a possibilidade da combinação do artigo com o possessivo. Línguas como o Latim, que não dispõem de artigos, apresentam possessivos fortes ou adjectivais não acompanhados de artigos (mas sim de demonstrativos e quantificadores ou numerais). Partindo da generalização de Longobardi (1994) de que os sintagmas nominais em posição argumental têm universalmente uma estrutura DP, o núcleo D° nestas línguas não tem realização lexical.

A secção seguinte dedica-se à descrição e análise dos sintagmas nominais possessivos do português europeu contemporâneo.

## 2.2. Os possessivos do português contemporâneo

Os seguintes exemplos mostram que no português contemporâneo o possessivo é normalmente combinado com o artigo (3a.), pode ser acompanhado de diferentes tipos de determinantes (3b.) e ocorre tanto em posição pré - como pós-nominal (3c.). Estas observações sugerem que o português, tal como o italiano, faça parte das línguas do tipo AG.

- (3) a. \*meu livro vs. o meu livro  
 b. o meu livro / um livro meu / este meu livro  
 c. o meu livro / um livro meu

De acordo com esta classificação, alguns autores caracterizam os possessivos que acompanham o substantivo como pertencentes à categoria dos adjectivos (Brito 2001, Gonzaga 2004). No entanto, Castro (2006) aponta para o facto de que os possessivos diferem dos adjectivos tanto em termos morfológicos como em relação à sua distribuição, concluindo que uma análise dos possessivos como adjectivos implicaria que os possessivos representassem um subconjunto de adjectivos com particularidades próprias.

Uma das particularidades que diferencia os adjectivos dos possessivos (e também os possessivos italianos dos portugueses) é o facto de a colocação do possessivo em posição pré - ou pós-nominal depender do artigo que acompanha o nome. Quando o sintagma nominal com pronome possessivo é acompanhado de artigo definido ou de certos tipos de quantificadores (como por exemplo *aquela, todo*) o pronome possessivo aparece em posição pré-nominal.

- (4) a. o meu gato  
 b. aquela tua prima

Quando o sintagma nominal é acompanhado de artigo indefinido, de certos tipos de quantificadores (e.g. *alguns*) e de cardinais, o possessivo segue o nome, como se vê nos exemplos (5a.-c.). Há falantes do português que admitem a posição pré-nominal do possessivo (5d.).

- (5) a. um amigo meu  
 b. alguns colegas meus  
 c. três cartas suas  
 d. ?? um meu amigo

A variante 5d. não faz parte da gramática dominante, ou seja, do português padrão, mas é aceite por uma parte dos falantes (Miguel 2002a: 221, 2002b: 294; Brito 2001: 560, 2003a: 509, 2007: 31). Segundo as autoras, 5d. faz parte duma gramática conservadora que admite – assim como o português medieval – a posição pré-nominal do possessivo com artigos indefinidos, quando o sintagma nominal recebe uma interpretação específica.

Com os demonstrativos, o possessivo aparece ou antes ou depois do nome (6a.-b.).

- (6) a. este meu livro
- b. este livro meu

Segundo Castro (2006) e Castro / Costa (2003), existem diferenças adicionais entre os possessivos do português e do italiano, além dos factores que determinam o seu posicionamento relativamente ao nome. Os autores argumentam que os possessivos pré-nominais do português, em contraste com os italianos, podem ser acentuados, modificados por certos advérbios fracos e coordenados (7a.-c.).

- (7) a. *Pedi-te o MEU livro*, não o TEU. (Castro 2006: 209)
- b. *a já sua noiva* (Castro e Costa 2003)
- c. *O meu e o vosso problema* é que vocês não estudam. (Castro 2006: 219)

Castro / Costa (2003) e Castro (2006) analisam os possessivos portugueses, simples, pré-nominais como elementos da categoria X° (núcleo) que ocupam a posição sintáctica D° junto a um determinante definido. Visto que as propriedades mencionadas em (7a.-c.) contradizem um carácter clítico dos possessivos pré-nominais, Castro e Costa (2003) propõem que os possessivos pré-nominais do português não possam ser classificados segundo o sistema de Cardinaletti e Starke (1999), porque pertencem a uma categoria do tipo X° que não é um clítico.

Miguel 2002 (a, b) e Brito (2003a, 2007) concordam, na generalidade, com esta análise do dialecto dominante. Miguel (2002 b: 289) sugere que “O possessivo pré-nominal foi / está a ser reanalisado como um X° (núcleo); quer em termos semânticos, quer em termos sintácticos, nessa posição, está a aproximar-se do Castelhana e do Francês”. Relativamente ao dialecto conservador que admite o possessivo pré-nominal em combinação com o artigo indefinido (5d.), Miguel (2002b: 289) assume que os possessivos pré-nominais representam elementos fracos do tipo XP e aproximam-se da gramática do italiano.

Sem poder discutir em detalhe as propostas mencionadas, os exemplos em (5-7) mostram que uma caracterização de acordo com o sistema de Cardinaletti e Starke (1999), assim como com outros sistemas de classificação mais tradicionais, que distinguem formas possessivas fortes e fracas, é problemática para os possessivos do português.

Tão pouco está claro se os possessivos do português podem ser classificados como adjetivos, visto que, apesar de certos paralelismos, apresentam propriedades particulares. Não obstante, parece-me crucial que os possessivos não podem ser classificados nem substituem determinantes, porque ocorrem em posições não argumentais que, segundo Longobardi (1994), não dispõem da categoria D: Em aposições (8a.), formas de tratamento ou vocativos (8b.-c.) e contextos predicativos (8d.) os possessivos tipicamente ocorrem sem artigo.

- (8) a. O gato, seu único companheiro, estava deitado ao sol. (Hundertmark-Santos Martins 1998: 72)
- b. Vossa Alteza, Vossa Majestade, Vossa Excelência
- c. Meu Deus!
- d. Aquela senhora é minha professora.

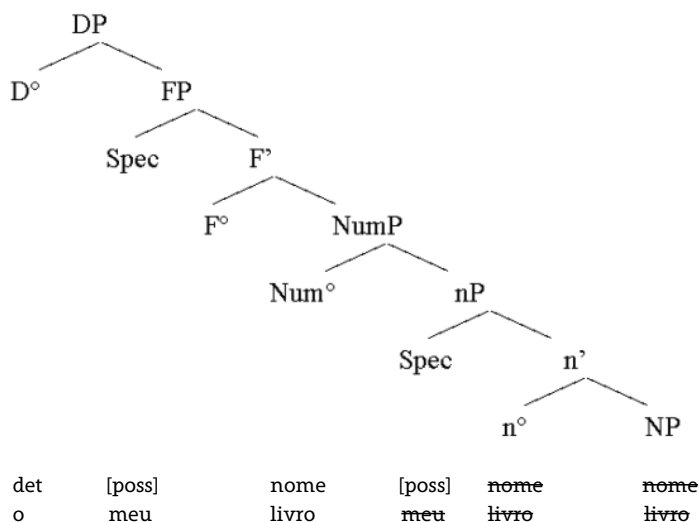
Em frases predicativas, o artigo pode ser usado ou não.

(9) *Aquela senhora é a minha professora.* (Hundertmark-Santos Martins 1998: 72f.).

Segundo Hundertmark-Santos Martins (1998), o uso do artigo implica que o falante pres-supõe que o referente é conhecido ou pode ser inferido pelo ouvinte. Silva Domínguez (1996: 15) propõe que a ausência do artigo corresponde a uma interpretação predicativa da frase copulativa (falta de referencialidade autónoma), enquanto que a presença do artigo implica uma interpretação equacional da frase (referencialidade independente). As descrições de Hundertmark-Santos Martins e Silva Domínguez representam perspectivas diferentes sobre o mesmo fenómeno: o valor de tópico que o artigo atribui ao sintagma nominal possessivo nas respectivas construções. Visto que o sintagma nominal com artigo é interpretado como tópi-co, é obvio que normalmente refere a informação dada no contexto ou no discurso anterior. Além disso, segundo Lyons (1977), as construções equativas têm a função de identificar o refe-rente de uma expressão com o referente de uma outra (anterior), enquanto que a construção predicativa atribui uma propriedade<sup>1</sup>.

Tendo em conta os exemplos em (8), parece-me adequado assumir que os possessivos não ocupam a posição do próprio determinante, mas sim uma posição estrutural entre nome e determinante que pode ser caracterizada da seguinte maneira.

De acordo com Kupisch / Rinke (no prelo), vou adoptar a estrutura seguinte para os sintag-mas nominais possessivos.



Segundo Szabolcsi (1983), a estrutura do sintagma nominal corresponde à estrutura frá-sica. O núcleo D correspondente a CP é ocupado pelo artigo definido. O nóculo FP<sup>2</sup> corresponde à categoria frásica IP (ou AgrP) e a categoria nP a vP (Alexiadou 2005). O núcleo de NP é a posição básica do nome enquanto o possessivo é introduzido na estrutura como argumento externo do nome em SpecnP (Picallo 1994, Schoorlemmer 1998, Cardinaletti 1998, Alexiadou

<sup>1</sup> "The semantic distinction between equative and ascriptive structures is that the former are used, characteristically, to identify the referent of one expression with the referent of another and the latter to ascribe the referent of a subject-expression a certain property. The equative copula is, therefore, the linguistic correlate of the identity operator in mathematics or logic..." (Lyons 1977: 427).

<sup>2</sup> Na literatura encontram-se várias etiquetas para esta categoria: AgrP (Parodi 1994), AgrPossP (Picallo 1994, Ihsane 2003), AgrS<sub>N</sub>P (Cardinaletti 1998), PosP (Schoorlemmer 1998), FP1 (Alexiadou 2005), ou  $\gamma$ P (Gonzaga 2004).

2005, Gonzaga 2006). Assumimos, de acordo com Cinque (1994), que o nome se move da posição básica para o núcleo da categoria NumP. No âmbito desta estrutura, o possessivo pode ocupar duas posições distintas: ou a sua posição básica (SpecnP) e pós-nominal ou o especificador da categoria FP em posição pré-nominal. A diferença entre o português e o italiano consiste nos factores que determinam a posição dos possessivos: a estrutura informacional no caso do italiano e a definitude do sintagma nominal no caso do português. Esta análise coincide em termos gerais com as análises acima mencionadas (Castro / Costa 2003, Castro 2006, Miguel 2002 a, b e Brito 2003a, 2007), as quais propõem que o possessivo ou ocupa o especificador de AgrSNP (FP) (dialecto conservador)<sup>3</sup> ou cliticiza a partir desta posição ao artigo definido em D° (dialecto dominante ou padrão). Relativamente à posição do possessivo pós-nominal assume-se que o mesmo ocupe a sua posição argumental SpecnP (cf. Miguel 2002a)<sup>4</sup>. Nas secções seguintes considerarei o desenvolvimento diacrónico dos sintagmas nominais possessivos do português.

### 3. A DIACRONIA DOS POSSESSIVOS EM PORTUGUÊS

#### 3.1. Estudos anteriores

Mattos e Silva (1989: 184f.) menciona as seguintes propriedades dos possessivos no português medieval: a) existem formas femininas (*ma, ta, sa*) que divergem das formas do português actual, b) os possessivos aparecem preferencialmente em posição pré-nominal, independentemente do tipo de determinante, c) os possessivos ocorrem preferencialmente sem artigo.

De facto, estudos prévios declaram unanimemente que o artigo definido está sistematicamente ausente em sintagmas nominais possessivos no português do século XIII (Ali 1964, Silva 1982, Mattos e Silva 1989, Crispim 1995, Vianna 2004, Castro 2006). As diferenças quantitativas entre alguns dos estudos são devidas a diferentes textos ou metodologias (por exemplo, a exclusão ou não de sintagmas nominais em posições não-argumentais). Também é consensual que a mudança linguística se caracteriza por uma longa fase de variação até que o uso do artigo em sintagmas nominais possessivos se generaliza no português do século XVIII ou XIX.

Um outro aspecto que desempenha um papel importante nos estudos diacrónicos é a existência de formas femininas fracas ou átonas (*ma (mha), ta, sa*) no século XIII e XIV, ao lado de formas fortes ou tónicas (*minha, tua, sua*) que se impõem no século XV (Mattos e Silva 1989, 1993). Alguns autores assumem que a distinção é ou era funcional e que as formas átonas precedem o nome e as tónicas seguem-no.

Assim, Miguel (2002a: 215f., 2002b: 289) propõe que o português antigo possuía três paradigmas de possessivos: a) uma série de possessivos pré-nominais clíticos que ocorrem sem artigo e podem ser duplicados por *dele*, b) uma série átona de possessivos pré-nominais fracos (com artigos e em construções elípticas) e c) uma série de possessivos pós-nominais e predicativos fortes. Também Brito (2003a: 516, 2007: 41) assume uma tripartição do sistema dos possessivos no português antigo: formas clíticas intrinsecamente definidas (*ma, ta, sa*), formas fracas e formas fortes.

Segundo Silva Domínguez (2002b: 164), a perda da série átona dos possessivos efectua-se em três fases:

Na primeira destas fases, o encurtamento amósase como a única opción posible naquela posición sintáctica cualificada como feble por Giorgi e Longobardi (1991: 158-159)... Por súa parte, neste primeiro momento a forma plena resérvase para as chamadas posicións fortes: función predicativo en cláusulas copulativas, modificador da frase nominal en posposición ó substantival na estrutura frástica.

<sup>3</sup> Miguel (2002b) assume que, em certos casos, SpecNumP também pode ser ocupado pelo possessivo. Não vamos discutir esta proposta em detalhe.

<sup>4</sup> Brito (1984, 2003 (a,b), 2007) assume que os possessivos pós-nominais ocupam posições diferentes dependentes do papel temático que eles desempenham (SpecPossP, posição de adjunto). Não podemos discutir esta proposta mais detalhadamente.

Nun segundo estadio, as formas plenas compiten coas encurtados polos contextos sintácticos de carácter feble, e as motivacións pela escolla dunhas ou outras non son, segundo veremos, de carácter meramente funcional. A terceira fase alcánzase cando cesa de se tetemuñar no material documental a convivencia encurtamentos e formas plenas. Consúmase daquela a modificación do sistema consistente na erradicación dun grupo de elementos do seu inventario de formas.

Silva Domínguez (2002b) assume que a fase de competición entre formas fracas e fortes (segunda fase) mostra-se tanto nos textos galegos como nos documentos portugueses mas é mais curta nos textos portugueses. A mudança concluiu-se mais rapidamente nos textos galegos (antes de 1350) do que nos textos portugueses<sup>5</sup>.

No entanto, segundo Silva Domínguez (2002b), a primeira fase, ou seja, a fase da distribuição complementar das duas formas é somente hipotética para o galego e só se documenta relativamente às formas da terceira pessoa (*sa* e *sua*) nos textos portugueses da mesma época. Também Nunes (1960: 243) admite que “essa distinção entre formas tónicas e átonas não era rigorosamente observada na antiga língua”.

Além disso, a existência de formas reduzidas ou clíticas não é capaz de explicar a ausência do artigo em sintagmas nominais possessivos porque a série reduzida a) só se limita às formas femininas e não existe no paradigma inteiro; b) as formas fracas podem ser acompanhadas tanto de determinantes definidos como indefinidos (10a.-b.) e c) as formas fracas não se distinguem relativamente à sua função das outras formas.

(10) a. ao t(em)po *da sa m(or)te* (1377, Martins 2001)

b. ... q(ue) eu. Steuãa do(mingu)iz ... dou (e) out(or)go a uos. Costãça b̃etiz. ã todolos dias de uossa vida. *hũa mha Cassa* ... (1293, Martins 2001)

Em consequência, a existência das formas fracas no português antigo e a perda subsequente destas formas até ao século XV não é capaz de explicar a mudança linguística relativamente à combinação do artigo definido com o sintagma nominal possessivo. Em seguida apresentarei os resultados de um estudo quantitativo que inclui textos do século XIII ao século XIX.

## 3.2. Estudo quantitativo

### 3.2.1. Critérios de escolha dos textos e método de classificação dos dados

A base de dados para a investigação diacrónica dos possessivos é constituída por um total de 1632 frases nominais do século XIII ao século XX. As fontes textuais foram escolhidas segundo os critérios que se apresentam em seguida, que são especialmente relevantes em relação aos textos mais antigos. É desejável sobretudo que o texto se baseie num manuscrito original, que seja inequivocamente datável e localizável. Também é importante que as edições sejam as mais fiéis possíveis ao manuscrito.

Para os séculos XIII, XIV, XV e XVI foi escolhida a excelente edição de documentos notariais do século XIII até ao século XVI, publicada por Martins (2001), que é confiável em relação a estas exigências. Os documentos provêm do norte de Portugal e da região de Lisboa. Para os séculos XVII, XVIII e XIX escolhemos textos narrativos literários e cartas de diferentes autores. Considerámos sempre dois autores por século. A bibliografia fornece uma lista completa das fontes utilizadas.

Os seguintes métodos guiaram a classificação dos dados. Alguns casos problemáticos tiveram que ser excluídos da quantificação. Nos séculos XIII a XVI trata-se, principalmente, de casos em que aparece a preposição *a* em combinação com um nome do género feminino

<sup>5</sup> No norte e no sul do Minho, a forma reduzida da primeira pessoa (*ma*) é menos documentada do que a forma da terceira pessoa (*sa*). Silva Domínguez (2002b: 178) assume que este facto seja o resultado da evolução de funções distintas das formas fortes *mia* e *mina* em posição pré-nominal.



no singular. Como a ortografia ainda não estava estandardizada e por isso não havia o acento que pudesse indicar a contracção da preposição com o artigo feminino, não se pode saber se a preposição aparece isolada ou contraída com o artigo. Foram então excluídas frases como (11).

- (11) ... q(ue) eu dona Marya lourenço p(ri)oresa dachelas enssenbra cono cōuêto d(e)sse mosteyro medes. arrendamos. A uos pero pázês (e) a uosa molhe(r) (e) hūu uoso ffilho hãa nosa ujnha (Martins 2001; doc. 1294)

Foi excluída uma frase do século XIX em que o artigo parece estar presente mas não concorda com o nome no plural. Trata-se do exemplo (12).

- (12) veio-lhe uma *da suas faceis lagrimas*,... (Eça, Cap. 1, 1888)

Como esta investigação se ocupa do desenvolvimento histórico da combinação do artigo com o pronome possessivo no português, é, portanto, necessário desconsiderar todos os contextos nos quais ainda hoje a omissão do artigo é possível. Foram excluídas as construções fixas como (13a.), posições como (13b.), construções predicativas como (13c.) e formas de tratamento e vocativos como (13d.):

- (13) a. q(ue) *en meu nome* ent(re)que o d(i)to casal; ao P(ri)ol do Most(eir)o sob(re)d(i)to. (1282, Martins 2001)  
 b. estando hij o d(i)to Ruj mēdez E Issabell ferreira *ssua molher* (1460, Martins 2001)  
 c. Este é *meu parecer*, que sôbre o aplauso de tantos, já não pode ir a ser juiz, senão testemunha dêsse mesmo aplauso, anunciador da eternidade prevenida a estes escritos. (D. Francisco Manuel de Melo, 1651)  
 d. Eia, *meu príncipe*, despida-se *Vossa Alteza* dos livros, que é chegado o tempo de ensinar aos portugueses e ao mundo o que *Vossa Alteza* nêles tem estudado. (P<sup>e</sup> António Vieira, 1650)

### 3.2.2. Resultados da pesquisa

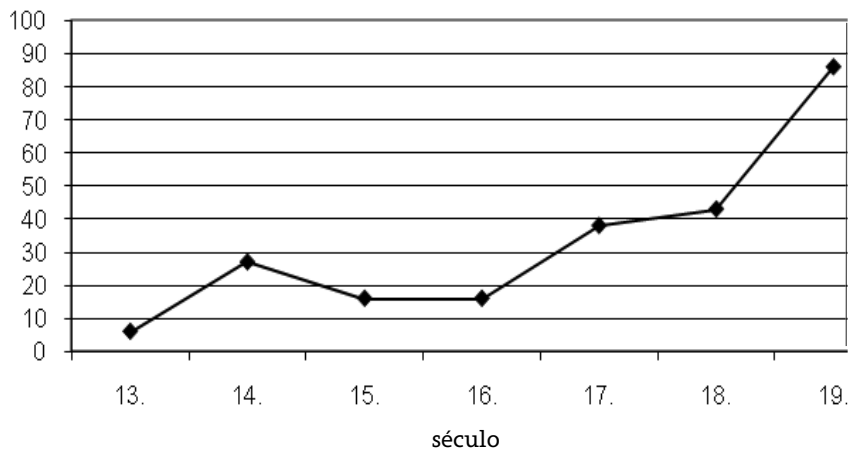
A Tabela 1 apresenta os resultados detalhados da pesquisa.

Sec.	I. sintagmas nominais possessivos com determinante			II. sintagmas nominais possessivos sem determinante				III. diferente do port. cont.	P	Σ
	DEF	INDEF	DEM	IDIO	APP	PRE	VOC			
	igual ao português contemporâneo									
13.	7	9	10	4	8	0	0	108	5	151
14.	48	5	4	6	7	0	0	127	8	205
15.	21	2	0	4	21	3	12	114	7	184
16.	29	1	3	0	29	0	0	148	2	212
17.	69	0	2	9	3	3	205	115	0	406
18.	72	1	2	0	4	9	6	97	0	191
19.	217	1	0	9	2	6	11	36	1	283
Σ	463	19	21	32	74	21	234	745	23	1632

**Tabela 1.** Distribuição dos pronomes possessivos c/s artigo na história do português (compare Kupisch / Rinke (no prelo))

DEF: artigo definido, INDEF: artigo indefinido/ pronome indefinido, DEM: demonstrativo, IDIO: expressão idiomática; APP: aposição, PRE: frase nominal predicativa, VOC: vocativos ou exclamativos, P: casos problemáticos.

O diagrama 1 ilustra a proporção dos sintagmas nominais com artigos definidos em relação ao total dos sintagmas nominais possessivos. O diagrama mostra que no século XIII o uso do artigo é excepcional (6%) e continua assim até ao século XVII. Só a partir do século XVIII é possível observar um aumento do emprego do artigo definido em sintagmas nominais possessivos. No século XIX, o uso dos artigos generaliza-se.



**Diagrama 1.** Proporção de frases nominais possessivos com artigo definido

Podemos então formular as seguintes observações gerais:

Primeiro, no século XIII, o artigo está quase categoricamente ausente, ao passo que no século XIX ocorre sistematicamente. Segundo, do século XIV ao século XVIII, a ocorrência do artigo é variável, sendo a sua omissão quantitativamente dominante até ao século XVIII.

Em seguida, vou discutir a questão de como interpretar a mudança diacrónica e, mais precisamente, a variação contínua do emprego do artigo definido em frases nominais com possessivos.

## 4. DISCUSSÃO

### 4.1. O artigo como marcador de tópico discursivo

À primeira vista, o desenvolvimento diacrónico da combinação do artigo definido com o possessivo no português poderia corresponder a uma mudança tipológica de uma língua DG para uma língua AG. No entanto, esta interpretação pode não ser correcta face às seguintes observações.

Primeiro, embora a combinação de possessivo e determinante ocorra raramente na base de dados, existem casos em que o possessivo é acompanhado dum artigo indefinido ou demonstrativo, opção restrita aos possessivos fortes ou adjectivais. No século XIII, os possessivos ocorrem preferencialmente em posição pré-nominal, exceptuando três casos de um total de 157 (2 com demonstrativo e um exemplo com artigo definido).

- (14) a. q(ue) nos seiãmos tẽudos a tolesr/sic/ vos *esas nosas vj̃as*: (1296, Martins 2001)
- b. ca assi p(ro)ugue a nos. e a *esse P(ri)or nosso*. (1287, Martins 2001)
- c. obliho a uos ... *hũa nossa Casa*. (1286, Martins 2001)

Como já foi mostrado em (10), mesmo as formas fracas ou átonas podem ser combinadas com determinantes. Segundo, encontram-se exemplos com possessivos pós-nominais sem artigo até ao século XVI (15), embora possessivos pós-nominais formem parte do paradigma forte que, tipologicamente, vem acompanhado de determinantes.

(15) como de *Cousa sua propria* (e) de sua propria possissam (1544, Martins 2001)

Face aos factos observados, a variabilidade no emprego do artigo definido em sintagmas nominais possessivos não pode ser o resultado de uma mudança paramétrica (DG – AG), nem reflecte a existência de duas séries de possessivos com funções distintas (vide Brito 2003a: 516).

De acordo com a argumentação em Kupisch / Rinke (no prelo), apresentarei argumentos a favor da hipótese de que o desenvolvimento diacrónico da combinação dos artigos definidos com os possessivos reflecte a difusão do artigo definido, que se estende no seu emprego, cada vez mais, aos contextos possessivos. A proposta é, mais precisamente, que não é o próprio pronome possessivo que sofre mudança, mas o artigo definido que, já existindo no português antigo, se estende aos contextos possessivos.

O artigo definido marca formalmente um sintagma nominal como definido. Segundo Lyons (1999: 278), isso significa mais precisamente que o sintagma nominal pode ser identificado: “...let us say, that definiteness is the grammaticalisation of identifiability”. A combinação do pronome possessivo com o artigo serve, portanto, como indicador inequívoco de um sintagma nominal possessivo definido. Isto, por sua vez, significa que os possessivos não são intrinsecamente definidos, como apontam também Haspelmath (1999), Lyons (1999) e Brito (2003b: 346 para o português moderno), embora tenham uma tendência muito forte para serem interpretados como definidos.

No nível discursivo, a marcação de um sintagma nominal como definido corresponde à familiaridade do referente discursivo. Isto significa, ou que o referente já foi introduzido no discurso ou que o falante assume que o respectivo valor referencial do sintagma nominal pode ser inferido pelo ouvinte. No primeiro caso, o emprego do artigo representa uma estratégia discursiva para realçar um referente atrás mencionado, ou seja, para marcar um tópico discursivo. Segundo Lyons (1999), o carácter anafórico inerente ao artigo definido pode determinar o seu emprego em línguas ou contextos, nos quais em princípio é opcional.

It may not be obvious how the article (or demonstrative) helps the hearer, but if the article is essentially anaphoric rather than general definite, then one can see that it serves to direct the hearer to the preceding discourse rather than seeking a situational referent for a description which does not immediately activate a referent (Lyons 1999: 53).

Como acima mencionado, no português moderno, o uso do artigo é opcional em frases predicativas como (16). De acordo com Hundertmark-Santos Martins (1998), nestas frases a realização do artigo (16b.) implica que o locutor pressupõe que o referente é conhecido ou pode ser inferido pelo ouvinte.

- (16) a. Aquela senhora é *minha* professora.  
b. Aquela senhora é *a minha* professora.

O emprego opcional ou variável do artigo definido em sintagmas nominais com pronome possessivo, a partir do século XIV, pode ser descrito como um caso análogo. Isto significa mais precisamente que, no século XIV, o artigo definido tem principalmente a função de um marcador discursivo e, ao longo da sua evolução diacrónica, é progressivamente gramaticalizado. Esta interpretação concorda com a suposição de Posner (1996: 126)<sup>6</sup>, que propõe que o artigo

<sup>6</sup> Gostaria de agradecer a Rita Marquilhas por ter chamado a minha atenção para a argumentação de Posner (1996).

definido das línguas românicas se desenvolveu com base na sua função de marcador de um tópico discursivo, propriedade essencial dos pronomes demonstrativos do Latim, dos quais o artigo definido provém (compare a este propósito também Vincent 1997).

The definite article seems to have been used initially less as a specifier, picking out the individuality of the object designated by the noun, than as a topicalizer, anaphorically marking a noun that is accessible to the hearer (Posner 1996: 126).

As seguintes observações apoiam a hipótese de que o uso do artigo definido se divulgou a partir de contextos em que o falante põe em relevo a referência anafórica de uma frase nominal com pronome possessivo.

Observa-se primeiro que o emprego do artigo definido com possessivos coincide com o uso do adjectivo *dito/dicto* ou *sobredito/sobredicto*. No século XIV, o artigo definido aparece em 48 dos 205 sintagmas nominais possessivos (23%). Em 21 dos 48 casos é combinado com o adjectivo *dito/dicto* ou *sobredito/sobredicto* (compare os exemplos (17a.-b.).

- (17) a. Emp(razo A uos (e) //ha// Aa d(i)ta vossa molher (e) pessoa depos uos, os d(i)tos talhos de ujnha (doc. 1363, Martins 2001)  
 b. q(ue) eu nẽ a d(i)ta mha molh(e)r nẽ os nossos Sucessor(e)s nõ nos posamos chamar esbulhados (doc. 1381, Martins 2001)

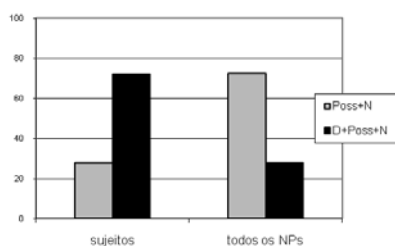
Ao mesmo tempo, pode-se confirmar que este adjectivo, quando acompanha um sintagma com pronome possessivo, nunca ocorre sem artigo. Isto não é o caso em relação a outros adjectivos cf. (18a.-b.).

- (18) a. toda sua lyure vontade (doc. 1367, Martins 2001)  
 b. com(o) de vossa p(ro)pya possissom (doc. 1381, Martins 2001)

Existe, portanto, uma correlação exacta entre a modificação de uma frase nominal possessiva pelo adjectivo *dito* ou *sobredito* e a realização do artigo definido no século XIV.

O carácter anafórico do artigo pode também ser examinado através do seu uso com determinados argumentos verbais e em determinadas posições sintácticas que correspondem geralmente a uma interpretação de tópico. Existem hierarquias de tópico, como a proposta por Givón (1976) que argumenta, por exemplo, que o agente tem um valor de tópico mais alto que um argumento benefactivo que, por sua vez, tem um valor de tópico mais alto do que um argumento dativo ou acusativo.

Espera-se, portanto, uma tendência para combinar o artigo definido predominantemente com sintagmas nominais em função de sujeito. A primeira observação é que, na nossa base de dados, os sintagmas nominais possessivos em função de sujeito ocorrem mais frequentemente com um artigo definido do que sem artigo (72% versus 28%). Além disso, o artigo é relativamente mais realizado com sujeitos possessivos do que em sintagmas nominais sem função de sujeito (século XIV).



**Diagrama 2.** Distribuição do artigo definido em sintagmas nominais sujeito em comparação a todos os sintagmas nominais possessivos no século XIV

Também existe uma correlação entre a posição estrutural do sujeito e a sua interpretação pragmática. O português antigo é uma língua SVO tal como o português moderno (Martins 2002: 234, Rinke 2007: 143). A posição pré-verbal do sujeito corresponde a uma interpretação de tópico, enquanto que a posição pós-verbal é uma posição remática ou de foco. Supondo que o emprego do artigo corresponde a uma interpretação de tópico, espera-se que o artigo definido ocorra predominantemente em posição pré-verbal.

Nos meus dados, esta expectativa confirma-se, como mostra a tabela 2. Nos dados aparecem 18 sujeitos nominais com pronomes possessivos. 14 ocupam uma posição pré-verbal, dos quais 12 são acompanhados de artigo definido. Na posição pós-verbal só há 4 sujeitos. 3 deles não têm artigo definido. O quarto consiste numa frase imperativa. Conclui-se que, quando o sujeito aparece em posição pós-verbal, existe uma tendência para não empregar o artigo (embora os números absolutos sejam muito baixos) enquanto que na posição pré-verbal a tendência é inversa.

	sujeitos	pré-verbais	pós-verbais	total
total	18	14	4	175
sem artigo definido	5 (28%)	2 (14%)	3 (75%)	127 (73%)
com artigo definido	13 (72%)	12 (86%)	1 (25%) (imperativo)	48 (27%)

**Tabela 2.** Sujeitos possessivos pré- e pós-verbais com e sem artigo no século XIV (cf. Kupisch / Rinke no prelo)

Estas observações podem ser interpretadas da seguinte maneira: relativamente aos outros constituintes, os sujeitos têm uma tendência para serem tópicos. Quando representam um tópico, aparecem em posição pré-verbal. Mostra-se então o carácter anafórico ou topical do artigo definido na sua realização predominante com sujeitos, especialmente quando aqueles ocupam uma posição pré-verbal. Em conclusão, podemos constatar que existe evidência nos dados para que a ocorrência referida possa ser interpretada a favor de uma análise do artigo como marcador anafórico ou de um tópico discursivo. Em seguida, considerarei o desenvolvimento da mudança diacrónica.

## 4.2. Variação e mudança linguística

O século XIX reveste-se de interesse particular, porque a tendência estatística relativa ao emprego do artigo inverte-se e o uso do artigo generaliza-se. 86 % dos sintagmas nominais com pronomes possessivos já mostram um artigo definido, enquanto existem somente 14 % sem artigo. Pela primeira vez, o artigo ocorre muito mais do que é omitido. No entanto, ainda existe variação e ainda há contextos em que o artigo não se emprega. Isso acontece quando o nome representa um termo de parentesco. A omissão do artigo em combinação com estes termos é categórica no texto de Eça de Queiroz, assim como também no texto de Herculano (compare 19a.-b.), enquanto que o artigo é utilizado praticamente sem excepção com todos os outros tipos de nomes<sup>7</sup>.

- (19) a. Meu irmão El-Hakem acaba de ser reconhecido sucessor do kalifado: eu proprio o acceitei por futuro senhor poucas horas antes de vir ter comvosco. (Herculano, 1851)

<sup>7</sup> Alexandre Herculano omite o artigo em alguns contextos de discurso directo para caracterizar uma das personagens da sua narrativa histórica.

- b. Affonso encontrou seu filho morto, apertando uma pistola na mão. (Eça, 1888)

Esta distribuição é semelhante à do italiano contemporâneo, onde o uso do artigo é generalizado (20a.), exceptuando os nomes que designam relações familiares (20b.-c.).

- (20) a. il mio gatto vs. \*mio gatto  
 b. \*il mio fratello vs. mio fratello  
 c. \*la mia madre vs. mia madre

O século XIX assemelha-se ao italiano contemporâneo também no facto de que os artigos definidos ainda não surgem combinados com os nomes próprios. A extensão do emprego do artigo aos termos de parentesco e aos nomes próprios parece ser um sinal de que o português avançou em comparação com as outras línguas românicas na difusão do artigo definido. Porém, existem dialectos do português que não deram este passo (Lyons 1999: 337; nota de rodapé 11).

É, no entanto, interessante ver como os autores do século XIX diferem em relação ao uso do artigo definido com os sintagmas nominais possessivos. Enquanto na obra de Eça de Queirós e Alexandre Herculano o artigo ocorre sistematicamente em combinação com os possessivos, a língua de Almeida Garrett é arcaizante. No texto de Garrett, encontra-se o artigo somente em 23% dos sintagmas nominais possessivos, enquanto 77% ocorrem sem artigo. A coexistência de dois estados linguísticos no português do século XIX foi descrita também por Martins (1994) em relação à interpolação de *não*. Martins (1994: 568) identifica uma gramática antiga, na qual o advérbio de negação é um morfema independente e que por isso admite a interpolação de *não* e uma gramática inovadora, em que a interpolação já não aparece porque o morfema *não* é reanalisado como núcleo lexical da categoria  $\Sigma$ . Martins (1994) mostra que as duas gramáticas coexistem a partir do século XIII até ao século XIX e que os autores oitocentistas se servem das duas opções em graus bastante diferentes. Enquanto que a interpolação encontrada na obra de Herculano representa somente 35 % dos contextos possíveis, o texto de Almeida Garrett investigado por Martins (1994) mostra a interpolação em 92,6 % dos contextos relevantes.

Apesar de os autores do século XIX se caracterizarem por um emprego ora inovador ora arcaizante da língua, podemos concluir que a diferença entre o português do século XVIII e o do século XIX pode ser descrita como a perda do emprego opcional do artigo. Os únicos contextos resistentes são representados pelos termos que designam relações familiares, porque segundo Lyons (1999: 129-130) representam um sub-tipo especial dos nomes inalienáveis.

Um outro aspecto da mudança diacrónica está relacionado com o posicionamento do possessivo que, como foi mostrado no parágrafo 2.2., é determinado pela definitude do sintagma nominal no português actual. No século XIII, ainda não existia a correlação bem conhecida do português contemporâneo entre o tipo do artigo utilizado e a posição do pronome possessivo no sintagma nominal. O pronome possessivo ocupa principalmente a posição pré-nominal (21a.), embora apareça raramente também em posição pós-nominal (21b.).

- (21) a. q(ue) *esse nosso P(ri)or* deu a nos esse Casal (doc. 1287, Martins 2001)  
 b. ca assi p(ro)ugue a nos. e a *esse P(ri)or nosso*. (doc. 1287, Martins 2001)

Diacronicamente, a generalização do emprego do artigo definido em posição pré-nominal pode então ser interpretado como um factor importante para a consolidação do posicionamento dos pronomes possessivos no sintagma nominal.

### 4.3. O desenvolvimento do artigo definido

Na secção 4.1. argumentei que a mudança linguística observada relativamente à combinação dos artigos definidos com os sintagmas nominais possessivos não reflectia uma mudança categorial do possessivo e também não estava relacionada com a perda de um paradigma de formas possessivas fracas. A mudança linguística, portanto, consiste no processo de gramaticalização do demonstrativo do Latim e a sua reanálise como artigo definido nas línguas românicas (núcleo da categoria DP, compare-se Roberts / Roussou 2003: 131ff). Esta mudança caracteriza-se por uma longa fase de variação, na qual a marcação de um sintagma nominal possessivo como definido é opcional. Isto significa mais concretamente que o núcleo da DP possessiva pode ser ocupado por um artigo definido ou lexicalmente realizado ou vazio (a última opção sendo igual ao Latim e às línguas que não dispõem de artigos lexicais).

Os artigos das línguas românicas – assim como os pronomes clíticos de objecto da terceira pessoa – desenvolvem-se com base nos pronomes latinos *ipse* e *ille*. Vincent (1997) estabelece uma relação entre o desenvolvimento dos artigos, a formação dos pronomes clíticos de objecto e a mudança tipológica da ordem das palavras (SOV para SVO). O autor assume que a perda da flexão nominal de caso é compensada pela formação dos clíticos de objecto com base no pronome latino *ille*. Além disso, o proto-romance dá origem a uma zona pré-verbal de tópico / foco. Os elementos que surgem nesta área estão marcados por *ipse* ou *ille*, que representam antecessores dos artigos (“articloids”). Estes “articloids” desempenham a função de marcação de um tópico discursivo (*ipse*) ou de informação dada no discurso (*ille*). Vincent (1997: 166) argumenta que com base nestas formas, o sistema dos artigos nas línguas românicas generaliza-se:

- iv) ANALOGICAL SPREAD (GENERALISATION): if the scenario envisaged here is right, then articles originate with a particular sub-class of DP's, namely topics, and generalize to other positions / relations (Vincent 1997: 166).

Como no caso dos sintagmas nominais possessivos descritos acima, o artigo definido marca um sintagma nominal como informação dada, ou seja, como um tópico discursivo. Neste contexto, Selig (1992: 103) argumenta que os artigos já estão gramaticalizados nos séculos XII e XIII no que diz respeito aos sintagmas nominais de referência específica, mas não relativamente aos sintagmas nominais não específicos. Deste modo, os artigos românicos passam o trajecto universal de gramaticalização dos artigos porque aparecem primeiro em contextos específicos e só depois em contextos não-específicos (Givón 1981, Vincent 1997).

É, no entanto, muito difícil comprovar este facto, porque os textos medievais já mostram um uso quase generalizado dos artigos. Rinke / Kupisch (em prep.) investigam os empregos do artigo na época medieval que diferem do uso nas línguas românicas actuais. O estudo de vários textos medievais efectuado pelas autoras mostra que o artigo é omitido em contextos definidos/indefinidos e não-específicos, mas não em contextos específicos<sup>8</sup>. O artigo pode ser omitido em conjunto com quantificadores universais e certos tipos de sintagmas nominais em posição de objecto, sintagmas preposicionais e construções fixas: sintagmas nominais com referência abstracta, ou referentes a conjuntos ou massas.

- (22) a. O q(ua)l se alevantou e p(er) a graça de Deos que em /||el||/ era disse o que era necessario de ouvir ao poboo com toda humildade sem ponpa e vää gl(or)ia, nom atendendo *louvor* d(os) homeês. (Vida de Santa Pelagia)  
 b. E vi minha madre jazer atolada *ẽ fogo*. (Vida de Santa Pelagia)

<sup>8</sup> Entendemos por definidos os sintagmas nominais identificados (Lyons 1999) e por interpretação específica a intenção do falante de referir-se a um individuo no interior de um conjunto de denotados (Ionin 2003).

Estes nomes não são apropriados para a individuação e, por isso, recebem uma interpretação como não-específicos. Conclui-se com base nestas observações e de acordo com Selig (1992) que o emprego do artigo nos textos medievais é obrigatório em contextos específicos, enquanto que o artigo pode ainda faltar em certos contextos não-específicos. Rinke e Kupisch (em prep.) argumentam que a distribuição do artigo nos textos medievais reflecte o processo da sua gramaticalização que começa em contextos (definidos e indefinidos) específicos e estende-se no processo do seu desenvolvimento diacrónico aos contextos (definidos e indefinidos) não-específicos. Este facto está nitidamente relacionado com a distribuição do artigo nos sintagmas nominais possessivos acima discutidos, visto que a interpretação como tópico depende da interpretação específica dum sintagma nominal. Daí que não seja surpreendente que o artigo definido ocorra primeiro e predominantemente em sintagmas nominais com interpretação de tópico até que o seu uso se generalize a todos os sintagmas nominais possessivos.

## 5. CONCLUSÃO

O ponto de partida da minha investigação foi um contraste entre o português medieval e o português contemporâneo, bem conhecido na literatura. Enquanto o artigo definido acompanha geralmente os sintagmas nominais com pronome possessivo no português actual, o mesmo é sistematicamente omitido no português antigo. A partir do século XIV, existe uma fase de variação, na qual o emprego do artigo é opcional. No século XIX, o uso do artigo em combinação com os pronomes possessivos generaliza-se, com excepção dos termos de parentesco.

Argumentei que a mudança linguística não afecta o estatuto categorial dos pronomes possessivos, mas está relacionada com a difusão do emprego do artigo definido, que surge primeiro como marcador de um tópico discursivo e se estende depois a todos os contextos em que um sintagma nominal com possessivo é interpretado como definido<sup>9</sup>.

A análise implica que a presença/ausência do artigo não indica o estatuto categorial do possessivo como adjectivo ou determinante, porque os artigos definidos podem não ser utilizados em línguas que dispõem de possessivos inequivocamente adjectivais. Além disso, a variação tipológica também não se relaciona com o estatuto forte ou fraco das formas possessivas, visto que tanto os possessivos fracos como os possessivos fortes podem ocorrer com ou sem artigo. Com base nesta argumentação, podemos concluir que o estatuto de determinante de um possessivo corresponde tipologicamente à ausência do artigo (Lyons 1986), embora a omissão do artigo não implique que os possessivos de uma dada língua sejam determinantes.

## Agradecimentos

Agradeço a Tanja Kupisch, Ana Maria Martins, Rita Marquilhas, Lukas Pietsch e Jürgen Meisel e dois avaliadores anónimos por sugestões e comentários valiosos. A maior parte dos resultados quantitativos apresentados neste trabalho foram publicados em Kupisch / Rinke (2007) e Kupisch / Rinke [no prelo].

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes textuais

- Bernardes, Manuel (1947): *Exhortação ao Pio Leytor*, em *Obras Completas do P<sup>e</sup> Manuel Bernardes*. Vol. 15: Tratados varios, T. 2. (Reprodução facsimilada da edição de 1737). São Paulo: Anchieta.
- Castro, Ivo (ed.) (1982/83): “Vidas de santos de um manuscrito alcobacense”, *Revista Lusitana, nova série* 4, 5-52.

<sup>9</sup> Silva Domínguez (2002b) refere-se neste contexto à transição de um emprego marcado do artigo para um uso não marcado.



- Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe (CORDIAL-SIN). Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). [http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/cordialsin/projecto\\_cordialsin.pht](http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/cordialsin/projecto_cordialsin.pht)
- Eça de Queirós, José Maria (1888): *Os Maias. Episódios da vida romântica*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron.
- Garrett, João Baptista D'Almeida (1844): *Opusculo acerca da Origem da Língua Portuguesa* (composto e dedicado ao excellentissimo Senhor Conselheiro João Baptista D'Almeida Garrett por dois sócios do Conservatorio Real de Lisboa.). Lisboa: Imprensa Nacional (Prefácio, Prologo e Parte I).
- Hatherly, Ana (ed.) (1990): *A preciosa de sóror Maria do Céu*. (Edição actualizada do códice 3773 da Biblioteca Nacional precedida dum estudo histórico). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Herculano, Alexandre (1851): *Lendas e Narrativas*. Lisboa: Bertrand.
- Lapa, Manuel Rodrigues (ed.) (1937): *Cartas Familiares, D. Francisco Manuel de Melo*. (Seleção, prefácio e notas pelo Prof. M. Rodrigues Lapa). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editoria.
- Martins, Ana Maria (2001): *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da Produção Primitiva ao Século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Piel, Joseph M. (ed.) (1942): *Leal Conselheiro, o qual fez Dom Eduarte, Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Viana, Mário Gonçalves (ed.) (1950): *Cartas/ António Vieira*. (Ensaio preambular, selecção, notas e quadro biográfico-sincrónico). Porto: Dominigos Barreira Editor.

## Estudos

- Alexiadou, Artemis (2005): "Possessors and (in)definiteness", *Lingua* 115, 787-820.
- Ali, Manuel Said (1964): *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.
- Brito, Ana Maria (1984): "Sobre as noções de sujeito e argumento externo: semelhanças e diferenças entre a estrutura de F e a estrutura de SN em Português", *Boletim de Filologia XXIX*, 421-478.
- Brito, Ana Maria (2001): "Presença/ausência de artigo antes de possessivo no português do Brasil", em *Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 551-575.
- Brito, Ana Maria (2003a): "Os possessivos em português Europeu numa perspectiva de Sintaxe comparada", *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, II Série, vol. XX, t. II, 495-522.
- Brito, Ana Maria (2003b): "Categorias sintácticas", em Maria Helena Mira Mateus / Ana Maria Brito / Inês Duarte / Isabel Hub Faria (eds.), *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho, 323-436.
- Brito, Ana Maria (2007): "European Portuguese possessives and the structure of DP", *Cuadernos de Lingüística XIV*, 21-50.
- Cardinaletti, Anna (1998): "On the deficient/strong opposition in possessive systems", em Artemis Alexiadou / Chris Wilder (eds.), *Possessors, Predicates, and Movement in the Determiner Phrase*. Amsterdam / Philadelphia: Benjamins, 17-53.
- Cardinaletti, Anna / Michal Starke (1999): "A typology of structural deficiency: A case-study of the three classes of pronouns", em Henk van Riemsdijk (ed.), *Clitics in the Languages of Europe*, Berlin / N. Y.: Mouton / De Gruyter, 145-233.
- Castro, Ana (2006): *On Possessives in Portuguese*. Universidade Nova de Lisboa / Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis. Tese de doutoramento inédita.

- Castro, Ana / João Costa (2003): "Weak Forms as X<sup>0</sup>: Prenominal Possessives and Preverbal Adverbs in European Portuguese", em Ana Teresa Pérez-Leroux / Yves Roberge (eds.), *Romance Linguistics Theory and Acquisition: Selected Papers from the 32<sup>nd</sup> Linguistic Symposium on Romance Languages* (LSRL), Amsterdam: Benjamins, 95-110 (Current Issues in Linguistic Theory 244).
- Cinque, Guglielmo (1994): "Evidence for partial N-movement in the Romance DP", em Guglielmo Cinque et al. (eds.), *Paths towards Universal Grammar: studies in honor of Richard S. Kayne*. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 85-110.
- Crispim, Maria de Lourdes (1995): *Christine de Pizán, O Livro das Três Virtudes ou O Espelho de Cristina*. Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento inédita.
- Elcock, William Denis (1975): *The Romance Languages*. London: Faber & Faber Limited.
- Giorgi, Alessandra / Giuseppe Longobardi (1991): *The Syntax of Noun Phrase*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Givón, Talmy (1976): "Topic, Pronoun and Grammatical Agreement", em Charles N. Li (ed.), *Subject and Topic*, New York / San Francisco / London: Academic Press, 149-188.
- Givón, Talmy (1981): "On the development of one as an indefinite marker", *Folia Linguistica Historica* 2, 35-53.
- Gonzaga, Manuela (2004): "The structure of DP in European Portuguese - Evidence from Adjectives and Possessives", em Claire Bowern (ed.), *Harvard Working Papers in Linguistics* 10, 19-49.
- Haspelmath, Martin (1999): "Explaining article-possessor complementarity: Economic motivation in noun phrase syntax", *Language* 72 (2), 227-243.
- Hundertmark-Santos Martins, Maria Teresa (1998): *Portugiesische Grammatik*. Tübingen: Niemeyer.
- Ihsane, Tabea (2003): "A Typology of Possessive Modifiers", em Martine Coene / Yyes D'Hulst (eds.), *From NP to DP*. Amsterdam: Benjamins, 23-42.
- Ionin, Tania (2003): *Article Semantics in Second Language Acquisition*. Massachusetts: MIT-WPL (Tese de doutoramento).
- Kupisch, Tanja / Esther Rinke (2007): "Italienische und portugiesische Possessivpronomina im diachronischen Vergleich: Determinanten oder Adjektive?", *Arbeiten zur Mehrsprachigkeit* 78, 1-29.
- Kupisch, Tanja / Esther Rinke [no prelo]: "The diachronic development of article – possessor complementarity in the history of Italian and Portuguese", em Peter Siemund (ed.), *Linguistic Universals and Language Variation*. Berlin / New York: De Gruyter.
- Lausberg, Heinrich (1972): *Romanische Sprachwissenschaft. Vol.3: Formenlehre*. Berlin / New York: De Gruyter.
- Longobardi, Giuseppe (1994): "Reference and proper names: a theory of N-movement in syntax and logical form", *Linguistic Inquiry* 25, 606-665.
- Lyons, Christopher (1985): "A possessive parameter", *Sheffield Working Papers in Language and Linguistics* 2, 98-104.
- Lyons, Christopher (1986): "On the original of the Old French strong-weak possessive distinction", *Transactions of the Philological Society* 84, 1-41.
- Lyons, Christopher (1999): *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lyons, John (1977): *Semantics*, vol. 2. Cambridge: CUP.
- Martins, Ana Maria (1994): *Clíticos na História do Português*. Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento inédita.
- Martins, Ana Maria (2002): "The loss of IP-Scrambling in Portuguese: Clause structure, word order variation and change", em David Lightfoot (ed.),

- Syntactic Effects of Morphological Change*. Oxford: Oxford University Press, 232-248.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1989): *Estruturas Trecentistas: Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1993): *O Português Arcaico: Morfologia e Sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- Miguel, Matilde (2002a): "Possessive pronouns in European Portuguese and Old French", *Journal of Portuguese Linguistics* 2, 214-240.
- Miguel, Matilde (2002b): "Para uma tipologia dos possessivos". *Actas do XVII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL / Colibri, 287-299.
- Nunes, José Joaquim (1960): *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, 6ª edição, Lisboa: Livraria Clássica Ed.
- Parodi, Claudia (1994): "On case and agreement in Spanish and English DPs", em Michael L. Mazzola (ed.), *Issues and Theory in Romance Linguistics. Selected Papers from the Linguistic Symposium on Romance Languages XXIII*. April, 1-4 1993, Washington D.C.: Georgetown University Press, 403-416.
- Picallo, Carme (1994): "Catalan possessive pronouns: The Avoid Pronoun principle revisited", *Natural Language and Linguistic Theory* 12, 259-299.
- Posner, Rebecca (1996): *The Romance Languages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rinke, Esther (2007): *Syntaktische Variation aus synchronischer und diachronischer Perspektive: Die Entwicklung der Wortstellung im Portugiesischen*. Frankfurt: Vervuert.
- Rinke, Esther / Tanja Kupisch (em prep.): *Zur Syntax des definiten Artikels im Altromanischen*, manuscrito, Universidade de Hamburgo.
- Roberts, Ian / Anna Roussou (2003): *Syntactic Change: A Minimalist Approach to Grammaticalization*. Cambridge: CUP.
- Selig, Maria (1992): *Die Entwicklung der Nominal-determinanten im Spätlatein*. Tübingen: Narr.
- Schoorlemmer, Maaïke (1998): "Possessors, Articles and Definiteness", em Artemis Alexiadou / Chris Wilder (eds.), *Possessors, Predicates and Movement in the Determiner Phrase*. Amsterdam: Benjamins, 55-86.
- Silva Domínguez, Carme (1996): "É meu amigo/ É o meu amigo/ É amigo meu", *Cadernos de Linguagem* 14, 5-20.
- Silva Domínguez, C. (2002a): "As formas reducidas do paradigma dos posesivos em galego medieval", em Ramón Lorenzo (coord.), *Homenaxe a Fernando R. Tato Plaza*. Santiago: Universidade, 277-290.
- Silva Domínguez, C. (2002b): "A perda da serie reducida feminina do posesivo en textos notariais galegos e portugueses da época medieval. Cronoloxía e pautas na difusión da innovación", *Verba* 29, 153-188.
- Silva Domínguez, Carme (2002c): *Frases nominais con posesivo en galego. Estrutura e valores referenciais*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. (Verba, Anuario Galego de Filoloxía, Anexo 50).
- Silva, Giselle Machline de Oliveira (1982): *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no Português do Rio de Janeiro*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de doutoramento inédita.
- Szabolcsi, Anna (1983): "The possessor that ran away from home", *The Linguistic Review* 3, 89-102.
- Tekavčić, Pavao (1972): *Grammatica storica dell'italiano. Volume II: Morfosintassi*. Bologna: Il Mulino.
- Vianna, Telma (2004): *O uso de Artigo Definido diante de Pronome Possessivo em Textos Portugueses do Século XVI a XIX*. Qualificação em Sociolinguística. São Paulo: UNICAMP.
- Vincent, Nigel (1997): "The emergence of the D-system in Romance", em Ans van Kemenade / Nigel Vincent (eds.), *Parameters of Morpho-syntactic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 149-169.